



Procuradores dizem à CPI que falta saber os rumos do dinheiro



Procurador Daniel Salgado fala à CPI, ao lado da colega Léa de Oliveira e observado por Vital do Rêgo, em depoimento que durou mais de quatro horas

Segundo depoentes, grupo de Cachoeira tem características mafiosas e poderá atuar mesmo com o contraventor preso

Os bens relacionados a Carlinhos Cachoeira apreendidos pela Polícia Federal somam R\$ 167 milhões, informaram ontem à CPI dois procuradores da República. Mas não foi possível, de acordo com eles, completar a investigação sobre o esquema financeiro, o caminho do dinheiro.

A procuradora Léa de Oliveira relatou que sofreu ameaças por e-mail e até tentativa de invasão à sua casa, em Goiânia. **3**

Eleição municipal reacende debate sobre reforma política **5**



Comissão de senadores presidida por Eunício Oliveira (4º à esq.) estudará pedido feito por Fragoso (E), Tais e Ophir (D)

OAB quer mais tempo para analisar Código Penal

Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, do Instituto dos Advogados Brasileiros e do Ministério Público disseram ontem no Senado que a proposta de reforma do Código Penal precisa de prazo maior para debate. **4**

Rolleberg critica mudanças na MP do Código Florestal **6**

Pimentel celebra plano para a agricultura familiar **6**

Senado discutirá responsabilidade pela educação básica no país **7**

Especialistas em TI sugerem mais transparência dos governos **2**

Ciro Nogueira retoma reforma administrativa do Senado **2**



Ao lado da presidente da CPI, Jô Moraes (D), Ana Rita diz que relatório final deve ser concluído até o início de dezembro

CPI pede aos estados dados sobre proteção à mulher

Prorrogada em julho, a CPI da Violência contra a Mulher “tem sensibilizado as autoridades públicas por onde passa”, segundo a relatora, Ana Rita. A comissão aprovou ontem 49 requerimentos, como o que solicita informação sobre gastos estaduais com o combate à violência doméstica. **8**



Para Meffe, do Ministério do Planejamento, governo tem de se antecipar e abrir dados

Analistas destacam uso da TI para a transparência

No segundo dia de encontro nacional do Programa Interlegis, no Senado, especialistas avaliaram o papel da tecnologia da informação para a abertura de dados públicos à sociedade brasileira

O DIRETOR DE Sistemas de Informação do Ministério do Planejamento, Corinto Meffe, disse ontem, em seminário no Senado, que o governo precisa se antecipar e ofertar à sociedade todo tipo de dado, desde que não seja sigiloso.

— O “governo aberto” precisa fazer parte da estrutura de desenvolvimento de uma organização — disse em sua palestra no segundo dia do 5º Encontro Nacional do Gitec (Grupo Interlegis de Tecnologia).

O tema central do evento, que acontece no auditório do Interlegis, é “A Lei de Acesso à Informação e o papel da TI nas Casas legislativas”.

Já o representante da SEA Tecnologia, Alexandre Gomes, afirmou ser preciso uma transformação social para que

a sociedade seja mais participativa na gestão pública.

Ele defendeu a divulgação dos dados públicos em prol da inovação e da criatividade, pois, em sua opinião, “o maior potencial de desenvolvimento tecnológico e de aplicativos não está nas Casas legislativas, mas sim na sociedade”.

— O governo tem que se abrir para a sociedade, para que ela possa gerar soluções para seus problemas.

Gomes destacou os modelos de transparência adotados pelo Senado, pela Controladoria-Geral da União e pela Previdência Social.

No entanto, para ele, o país está atrasado nessa área, já que a transparência na gestão pública foi firmada com a sanção da Lei de Acesso à Informação em maio deste ano, embora já

estivesse prevista desde 1988 na Constituição.

De acordo com o palestrante, o Brasil é o líder da Open Government Partnership, organização que visa promover a parceria para um “governo aberto”, que garanta maior acesso às informações públicas, aumente a participação cívica, combata a corrupção e aproveite as novas tecnologias para tornar os governos mais transparentes, eficazes e responsáveis diante dos cidadãos.

A iniciativa, da presidente Dilma Rousseff e do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, já conta com a participação de 50 países.

Também participou da programação de ontem no Interlegis o chefe do setor de TI da Câmara Municipal de Itapoá (SC), Francisco Soares Filho.

Ciro começa a ouvir setores sobre reforma administrativa

O 4º secretário da Mesa, Ciro Nogueira (PP-PI), começou a receber ontem subsídios de setores da Casa para elaboração de parecer ao projeto de reforma administrativa do Senado (PRS 96/09). Representantes da Gráfica e da Consultoria de Orçamento foram recebidos pelo parlamentar.

— Neste primeiro momento, vamos ouvir todos os setores para formar um juízo de valor e fazer uma reforma administrativa que não só ajude a enxugar

os gastos, mas que venha ao encontro do bom funcionamento do Senado — declarou Ciro Nogueira, que manteria novos encontros à tarde.

A busca pela eficiência e transparência deverá nortear os trabalhos do relator, que espera entregar seu parecer em curto prazo.

Ciro Nogueira foi indicado para relatar a proposta de reforma pelo presidente do Senado, José Sarney, que já manifestou a intenção de ver



Ciro: mudança deve reduzir gastos e garantir bom funcionamento da Casa

a reforma administrativa concluída ainda na atual gestão, que termina em fevereiro de 2013. A expectativa de Sarney é ver a matéria aprovada até o fim do ano.

Ouvidoria prepara novas urnas para receber manifestações

A Ouvidoria do Senado retirou temporariamente as urnas para coleta das manifestações de visitantes e servidores. Elas serão modernizadas, para seguir o padrão das demais peças de divulgação do Senado, e serão recolocadas em locais de fácil acesso e visualização.

Durante o período de

substituição, o contato com a Ouvidoria pode ser feito pelo Portal da Ouvidoria e pelo Alô Senado (0800 612211, opção Fale com a Ouvidoria).

As críticas e sugestões também podem ser apresentadas pessoalmente na sala da Ouvidoria, localizada no Anexo 2 do Senado, ou enviadas por carta para: Senado Federal,

Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso, Anexo 2, Sala da Ouvidoria, CEP 70165-900, Brasília, DF.

Em seu primeiro ano de atividade, completado em junho, a Ouvidoria atendeu mais de 3 mil cidadãos, que opinaram sobre projetos, atuação dos senadores e apresentaram reclamações.

Gilberto Kassab, prefeito de São Paulo, visita o Senado

O presidente do Senado, José Sarney, definiu o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD), como “uma grande revelação” em termos de liderança política do país. A declaração foi dada ontem, após encontro com o prefeito paulistano, que veio a Brasília para participar de reunião com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

— Nosso prefeito é uma grande revelação de liderança e com um grande futuro pela frente — disse Sarney após a visita.

Kassab, que esteve pela primeira vez em visita oficial a Brasília, chegou ao Senado com Sarney e disse que o presidente da Casa foi muito solidário à criação de sua legenda.

— Não poderia deixar de visitar o presidente Sarney, que tem sido ao longo dos anos um grande líder nacional e foi muito solidário à criação do PSD, dando seu apoio e dando a todos os momentos seu aconselhamento — afirmou o prefeito.

Após o encontro com José Sarney, Gilberto Kassab comentou o empate técnico

nas pesquisas de intenção de voto entre Celso Russomanno (PRB) e José Serra (PSDB) na disputa pela Prefeitura de São Paulo. Pesquisa Datafolha divulgada ontem mostra o candidato do PRB à frente das intenções de voto pela primeira vez, com 31%. Serra registrou 27%. Porém, como a margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos, os dois candidatos estão tecnicamente empatados.

Apesar dos resultados, na opinião do prefeito paulistano, só será possível fazer uma avaliação mais precisa a partir do início da propaganda eleitoral na TV e no rádio.

— Em uma cidade como São Paulo, as eleições se iniciam com mais vigor com o horário gratuito que se inicia na data de hoje [ontem]. A própria pesquisa mostra que há um empate técnico, empate esse que já existia nas nossas pesquisas internas. Todos sabem que em São Paulo já existia essa polarização — disse Kassab, que apoia o candidato tucano na capital.



Gilberto Kassab conversa com José Sarney: solidariedade na criação do PSD

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Pronunciamentos

14h A sessão plenária é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores.

CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos

10h15 A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados ouve os depoimentos de Jayme Eduardo Rincón, ex-tesoureiro da campanha de Marconi Perillo ao governo de Goiás em 2010 e atualmente presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras (Agetop), e do ex-corregedor da Polícia Civil de Goiás Aredes Correia Pires.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

CPI: procuradores dizem que falta investigar o caminho do dinheiro

Grupo de Cachoeira tem características mafiosas e continuará atuando mesmo com o contraventor preso, afirma procuradora

O GRUPO CHEFIADO por Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, tem características mafiosas de uma quadrilha montada para crimes graves, segundo a procuradora da República Léa Batista de Oliveira. Ontem ela e o colega Daniel de Resende Salgado falaram por mais de quatro horas à CPI que investiga as relações do contraventor com políticos e empresários. Ambos participaram das investigações relacionadas às operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal.

Salgado disse que as investigações se restringiram à cooptação de agentes públicos e admitiu que o caminho do dinheiro ainda precisa ser investigado.

— Não conseguimos completar a investigação em relação ao esquema empresarial e financeiro do grupo criminoso — lamentou o procurador.

Para Léa, o “silêncio orquestrado” pelos integrantes do grupo diante da Justiça Federal e diante da própria CPI revela o grau de organização da quadrilha, classificada por ela de “sofisticada, armada, complexa e ousada”. Segundo a procuradora, se o grupo não for sufocado financeiramente, continuará atuando, esteja o líder preso ou não.

— Ficou clara a estrutura hierárquica

com distribuição de renda entre os membros e a lealdade ao chefe, que cooptou agentes do Estado, responsáveis por eliminar a concorrência num claro controle territorial — disse.

Os procuradores informaram que as investigações não aprofundaram as relações da construtora Delta com o esquema de Cachoeira. Eles identificaram “sinais de aproximação” entre o contraventor e Cláudio Abreu, representante da Delta no Centro-Oeste, e também suspeitas de envolvimento da Delta com empresas de fachada.

Intimidação

A procuradora também relatou as formas de intimidação utilizadas contra ela pelo grupo, como dois e-mails com ameaças, ambos identificados com origem em Anápolis (GO), cidade usada como base por Cachoeira. Contou ainda que uma mulher tentou invadir sua residência, em Goiânia.

Léa traçou um histórico da atuação recente do Ministério Público no combate aos jogos de azar e informou que a Operação Monte Carlo foi iniciada efetivamente em novembro de 2010, quando a Polícia Federal começou monitoramento telefônico, identificou

envolvidos e aparelhos Nextel habilitados no exterior. Em março de 2011, o caso foi transferido para a Justiça Federal, devido a envolvimento de um policial rodoviário federal.

Hoje depõem na CPI Jayme Rincón, ex-tesoureiro da campanha do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), e Aredes Correia Pires, ex-corregedor da Polícia Civil de Goiás.

No Supremo Tribunal Federal, o ministro Marco Aurélio analisa um pedido para que a CPI não convoque, nem obrigue a comparecer, nem mesmo investigue ou indície Marconi. O mandado de segurança (MS 31.574) foi impetrado pelo presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, o deputado estadual Jardel Sebbá (PSDB). Ele sustenta que nova convocação do governador — já proposta pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e por dois deputados — afronta o princípio federativo, uma vez que a competência originária de processar e julgar supostos crimes de governadores seria do Superior Tribunal de Justiça, após autorização da assembleia legislativa.

Operação Monte Carlo

Os procuradores informaram números sobre a operação que prendeu Cachoeira em fevereiro:

80	80 pessoas indiciadas pelo Ministério Público
R\$ 167 milhões	R\$ 167 milhões em bens do grupo de Cachoeira bloqueados pela Justiça
28	28 decretos de prisão temporária e 8 decretos de prisão preventiva expedidos
45	45 agentes estatais afastados de suas funções
27	27 policiais militares envolvidos
2	2 delegados da Polícia Federal e 6 da Polícia Civil de Goiás envolvidos
82	82 mandados de busca e apreensão expedidos



Procuradores Daniel Salgado e Léa Batista falam ao lado do presidente da CPI, Vital do Rêgo

Investigações sobre a Delta têm de ser ampliadas, afirmam parlamentares

Integrantes da CPI do Cachoeira continuam a argumentar que as investigações devem se concentrar, a partir de agora, nas atividades ilícitas da empresa Delta em todo o país. Para Randolfe, os negócios da Delta são “a cabeça de uma holding nacional de corrupção”.

— Essa organização criminosa não se limita ao Cachoeira nem a Goiás — disse o senador.

A Delta, maior detentora de contratos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, atua em conjunto com diversos governos estaduais. A empreiteira é acusada pela Polícia Federal de desviar recursos públicos e transferi-los para empresas de fachada, várias delas ligadas a Cachoeira. De acordo com Alvaro Dias (PSDB-PR), os repasses a empresas-fantasmas somam cerca de R\$ 400 milhões.

— A CPI tem de ter a coragem de cruzar os dados da Delta, das empresas laranjas e daqueles que foram beneficiados pelo esquema — acrescentou Randolfe.

Segundo o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), “pode surgir uma CPI da Delta dentro da CPI do Cachoeira”.

Já o deputado Rubens Bueno (PPS-PR) criticou o que chamou de blindagem em torno da Delta, que estaria impedindo a ampliação das apurações.



Segundo Randolfe, a empresa Delta encabeça organização criminosa de abrangência nacional

Taques pretende responsabilizar bancos que não enviarem dados

Pedro Taques (PDT-MT) anunciou a apresentação de projeto de lei complementar para responsabilizar os bancos



Gerardo Magalhães/Agência Senado

que não enviarem os dados solicitados pelo Ministério Público, Poder Judiciário e comissões parlamentares de inquérito. O anúncio foi feito ontem à CPI que investiga as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados.

— Temos notado que as instituições financeiras não fornecem as informações bancárias no tempo aprazado pelo juiz, pelos integrantes do Ministério Público e pela comissão.

Segundo o senador, o projeto deverá prever a modificação do artigo 3º da Lei Complementar 105/01, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras.

Em julho, Taques pediu que a CPI solicitasse ao Senado americano informações sobre investigação de esquemas de lavagem de dinheiro que usavam contas no HSBC. Segundo o senador, no Brasil, o banco é detentor da conta com maiores recebimentos de recursos federais por parte da Delta, suspeita de envolvimento no esquema de Carlinhos Cachoeira.

Alvaro Dias quer que CPI investigue braço financeiro do esquema

Alvaro Dias defendeu a ampliação das investigações da CPI do Cachoeira. Para o senador, as apurações realizadas até o



Waldemir Barreto/Agência Senado

momento se restringiram ao esquema de contravenção da quadrilha de Carlinhos Cachoeira — jogo do bicho, bingos, caça-níqueis e site com jogos, no Brasil e no exterior —, mas faltou o Ministério Público investigar “a parte mais importante da atividade da organização criminosa”: o desvio de recursos públicos, por meio da Delta.

Para Alvaro, a existência comprovada de repasses vultosos de verbas públicas para a Delta e desta para as contas bancárias de mais de 18 empresas laranjas é um fato importante que precisa ser conhecido com profundidade. Isso, assinalou o senador, pode estar ocultando a transferência de dinheiro ilegal a integrantes ainda desconhecidos da quadrilha.

— No caso das novas investigações revelarem outros crimes praticados por Cachoeira, a acumulação de penas poderá aumentar o seu tempo de prisão a ponto de torná-lo mais disposto a dar informações adicionais sobre o esquema criminoso que comandava — disse.

Randolfe e Sampaio criticam acusações de senador a procuradores

Fernando Collor (PTB-AL) afirmou que o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, demorou a tomar providências a respeito das investigações da Operação Vegas, da Polícia Federal. O senador também disse que, em março deste ano, os procuradores Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira teriam mostrado os inquéritos das operações Vegas e Monte Carlo a repórteres da revista *Veja*. Os procuradores refutaram a acusação.

Randolfe Rodrigues e o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) lamentaram as acusações de “parlamentares que tentam inverter papéis e investigar aqueles que investigam e desbaratam o esquema”.

Collor disse que apresentou os requerimentos de informações sobre as atividades de Gurgel, Léa e Daniel com base na Lei de Acesso à Informação, “como qualquer cidadão”.



Conselheira do Ministério Público Taís Ferraz fala na audiência, observada pelos senadores Taques, Eunício e Viana e por Fernando Frago, do IAB

Especialistas pedem tempo para debater Código Penal

Presidentes da OAB e do IAB e representante do Conselho do Ministério Público fizeram apelo em audiência ontem

O DEBATE SOBRE o novo Código Penal exige tempo e cautela. A observação foi feita ontem pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, durante audiência pública realizada pela comissão especial de senadores que analisa a reforma do Código Penal. Ele pediu pelo menos 60 dias para que a análise seja madura e profunda.

— Este é um código que mexe com a vida das pessoas e lida com o bem maior do ser humano: a liberdade — ressaltou.

Ophir explicou que a OAB também criou uma comissão de juristas para estudar a reforma do código. O projeto (PLS 236/12) que prevê a atualização foi resultado do trabalho de outro grupo de juristas designado pelo Senado.

O presidente da OAB reconheceu que o código

merece uma avaliação, já que foi elaborado na década de 1940. Ele disse, no entanto, que a OAB não teve a oportunidade de fazer uma análise aprofundada da proposta.

Para Ophir, é preciso cuidado com a elaboração de uma legislação com base no clamor popular. Ele admitiu que o cidadão brasileiro não tolera mais a impunidade e outros desmandos, mas observou que não deve haver precipitação no novo código.

Ophir disse que questões como maus-tratos a animais, crimes ambientais e *bullying* precisam de uma reflexão sociológica. Na sua opinião, o *bullying*, por exemplo, deve ter um tratamento mais educativo e menos penal.

A comissão de senadores que analisa o PLS 236/12 tem Eunício Oliveira (PMDB-CE) como presidente e Pedro Taques (PDT-MT) como relator.

Ophir diz que reforma pode afetar mensalão

O presidente da OAB lembrou o caso do mensalão, na audiência de ontem, para evidenciar a necessidade de mais tempo para debater a reforma do Código Penal.

Ophir Cavalcante disse que o crime de gestão fraudulenta, que dá base ao processo do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), prevê

pena de 3 a 12 anos de cadeia pelo código atual, enquanto, na proposta de atualização, a pena é de 1 a 5 anos.

— Alguém pode ser condenado no processo do STF e, com o novo código, cumprir uma pena menor — alertou.

Ele também chamou a atenção para o que chamou de desproporcionalidade das

penas. Explicou, por exemplo, que o novo código prevê até 6 anos de cadeia para quem comprar algumas espécies de animais silvestres. No entanto, o abandono de incapaz tem pena de 1 a 4 anos.

Ophir criticou ainda a tipificação do racismo, que não tem pena fixada, e a do terrorismo, que considera ampla.

IAB e Ministério Público ainda sem definições

O presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Fernando Frago, também pediu que a análise do novo código seja feita sem pressa. Ele lembrou que o debate sobre temas polêmicos, como a ampliação das possibilidades do aborto legal, será importante para a sociedade brasileira.

Frago criticou a possibilidade de incriminação da pessoa jurídica e pediu uma reflexão sobre o aumento das

penas, que poderiam chegar a 40 anos no prazo máximo.

— Com o crescimento das penas e com o aumento do rigor para a progressão da pena, não haverá cadeia para todo mundo — criticou Frago.

Taís Schilling Ferraz, integrante do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), disse que o conselho também não esgotou o debate sobre o assunto. Ela afirmou que a elaboração do novo texto

legal é um grande desafio, que exige tempo e dedicação.

Taís criticou a diminuição de algumas penas e prometeu encaminhar, à comissão especial, sugestões sobre crimes contra crianças e mulheres.

Para a representante do CNMP, o atual sistema carcerário não responde aos anseios da sociedade brasileira. Ela afirmou que mais importante do que o tamanho da pena é a certeza da punição.

Senadores querem reflexão sobre prazo maior

O senadores Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA) e Magno Malta (PR-ES) mostraram-se receptivos, durante a audiência de ontem no Senado, ao pedido dos advogados por mais tempo para a análise do novo Código Penal.

Por sua vez, o presidente da comissão de senadores,

Eunício Oliveira, disse que haverá uma reunião para tratar do assunto, enquanto o relator, Pedro Taques, sinalizou que os trabalhos poderão ser prorrogados. O prazo atual é 4 de outubro.

Na reunião, Viana também pediu o fim da impunidade. Segundo o senador, as vítimas, e não só os criminosos,

precisam da atenção do poder público.

Na avaliação de Lídice, o aumento das penas não resolve os problemas da sociedade brasileira.

Malta disse que a comissão precisa ser responsável com a sociedade e lembrou que a CPI da Pedofilia demorou três anos para ser concluída.

Suplicy elogia Unasul por apoiar Equador no caso Assange

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o apoio da União de Países Sul-Americanos (Unasul) ao Equador, que abriga na embaixada em Londres Julian Assange, fundador do *site* Wikileaks.

O presidente equatoriano, Rafael Correa, concedeu asilo político a Assange e, por isso, segundo Suplicy, chegou a sofrer ameaças de invasão da embaixada do Equador na Inglaterra para prisão de Assange.

— O Brasil, ao lado dos países da Unasul, foi firme ao exortar a retomada do diálogo entre Quito e Londres, para a construção de uma solução que respeite o direito internacional — ressaltou Suplicy.

O *site* Wikileaks, disse, é uma organização sem fins lucrativos que torna públicos documentos, fotos e informações confidenciais vazados de governos e empresas. O senador lembrou que, ao longo de 2010, o Wikileaks

publicou grande quantidade de documentos confidenciais do governo dos Estados Unidos. Preso pela suspeita de ter vazado os documentos para o *site*, o analista de inteligência do Exército Bradley Manning corre o risco de ser condenado à morte por traição. O temor de que algo semelhante lhe acontecesse, disse Suplicy, fez com que Assange — cuja extradição é requerida pela Suécia, por crimes sexuais — pedisse asilo político ao Equador.

Uma vez que o asilo político foi concedido, disse Suplicy, Assange deve ter a permissão para ser transportado em segurança de Londres ao Equador. Do contrário, disse, seria violada a soberania do país.

Para o senador, o caso é parecido com o das três artistas russas do grupo *punk* Pussy Riot, que protestaram contra o governo de Vladimir Putin em uma catedral em Moscou e foram condenadas a dois anos de prisão, por vandalismo.



Suplicy: Inglaterra precisa concordar com a ida de Assange para o Equador

Sistema é apontado pelos defensores como golpe no caixa dois; projeto aprovado na CCJ será votado em Plenário, após pedido de recurso

Ano eleitoral reacende debate sobre financiamento público de campanha

A DISCUSSÃO SOBRE o financiamento exclusivamente público das campanhas eleitorais ganhou força recentemente no Senado devido à proximidade das eleições municipais, quando cresce a atenção sobre a origem dos recursos e o valor das despesas de campanha. Os defensores dizem que, além de assegurar equilíbrio econômico entre os candidatos, o financiamento público servirá para deixar claro quem paga a conta. Quem discorda alega que a mudança não será capaz de neutralizar interferências do poder econômico.

— O financiamento exclusivamente público será a maior revolução desde a conquista da eleição direta para presidente — disse Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Fala-se de financiamento exclusivo porque o atual modelo já é parcialmente financiado com recursos públicos, com dinheiro do fundo partidário e, ainda, pela garantia de horário eleitoral gratuito nas emissoras privadas de rádio e televisão.

O advogado Alberto Rollo, especialista em Direito Eleitoral, afirma que o financiamento público poderá ser um golpe no caixa dois — doações não registradas e com recursos muitas vezes não declarados à Receita Federal. Inácio Arruda (PCdoB-CE) concorda.



Campanhas já recebem financiamento público, por meio do fundo partidário e do horário eleitoral gratuito em rádio e TV

— Ou mudamos ou vamos conviver com um sistema que conduz ao desvio de recursos — disse o senador.

Para Eduardo Braga (PMDB-AM), porém, há ingenuidade na ideia de que o “PIB brasileiro” ficará fora das eleições.

— A economia privada pode passar a interferir no processo democrático sempre pelo caixa dois. Então, será o caso de jogar todo o PIB brasileiro para uma via ilegal? — questionou.

No Senado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou o financiamento apenas com recursos públicos (PLS 268/11) no ano passado. O projeto, assinado por José Sarney (PMDB-AP) e Francisco Dornelles (PP-RJ), proíbe doações em dinheiro de pessoas físicas

e jurídicas. Os recursos sairiam de fundo administrado pela Justiça Eleitoral, que deverá receber, em ano de campanha, R\$ 7 por eleitor inscrito.

Inácio diz acreditar no consenso, mas alerta que o projeto de financiamento exclusivamente público tem avançado com controvérsias. Deveria ter seguido direto para a Câmara, mas a oposição apresentou recurso para votação em Plenário.

Líder do PSDB, Alvaro Dias (PR) exime a oposição de responsabilidade pelo tímido avanço da proposta. Segundo ele, o debate é lento por falta de disposição do governo.

José Agripino (RN), líder do DEM, diz que o fundamental é coibir e punir as infrações.

Ele admite práticas ilegítimas em todo o arco partidário.

Randolfe admite que o financiamento exclusivamente público dispensa a necessidade de mais controle, fiscalização e punição, além de dar mais autonomia aos eleitos.

— Enquanto os políticos forem eleitos solicitando dinheiro de empreiteiras ou de qualquer outro setor, sempre acabarão rendendo homenagens a seus financiadores, os verdadeiros detentores do mandato — disse Randolfe.

Atualmente a sociedade já pode acompanhar os gastos das campanhas pelo site da Justiça Eleitoral (www.tse.jus.br). O prazo para a divulgação da primeira prestação de contas encerrou-se dia 6.

Sérgio Souza e José Pimentel defendem mudança de modelo

O financiamento público exclusivo pode ser “a solução para acabar com a corrupção”, segundo Sérgio Souza (PMDB-PR). O senador disse que ocorre hoje uma disparidade financeira na disputa eleitoral, em que grupos econômicos sustentam campanhas “com interesses futuros em detrimento do país”. Relator do PLS 140/12, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que cria o Fundo Republicano de Campanha, Souza disse acreditar que o financiamento das campanhas não custaria aos cofres públicos mais do que 1% do que é perdido com a corrupção.

José Pimentel (PT-CE) concordou com Souza e disse que o país já deu o primeiro passo da reforma política ao criar o fundo partidário, mas ainda falta discutir o mecanismo de acesso e democratização das instâncias partidárias.



Sérgio Souza também alerta para uso da máquina pública em campanhas

Cidinho é contra PEC que acaba com salário de vereadores

Cidinho Santos (PR-MT) disse ontem ser contrário à Proposta de Emenda à Constituição 35/12, que veda o pagamento de subsídio a vereadores de municípios pequenos.

De acordo com o senador, mesmo havendo poucas reuniões semanais nessas câmaras municipais, o trabalho dos vereadores ocorre todos os dias, quando ouvem nas ruas ou em seus gabinetes os moradores.

— Em alguns municípios, a população sabe que pode bater à porta do vereador e ele será seu interlocutor junto ao prefeito — disse o senador, que ressalta concordar com a parte da proposta que fixa um teto de 3,5% da receita tributária e das transferências constitucionais para repasses às câmaras de municípios com até 50 mil habitantes.



Cidinho Santos concorda em limitar repasses às câmaras de vereadores



Projeto de Sarney estabelece regras para a propaganda em rádio e TV



Dornelles defende a proibição de doações em dinheiro para campanhas

Possibilidade de sistema de lista fechada deve ser analisada

A proposta do financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais indica, em sua justificativa, a vinculação direta ao sistema de lista fechada nas eleições proporcionais para deputados federais.

Nesse sistema, o voto do eleitor vai para uma lista de candidatos preordenada pelo partido de sua escolha. Dessa lista saem os eleitos, de acordo com a ordem predefinida, na proporção dos votos obtidos pelo partido na contagem geral.

O argumento dos que defendem a lista fechada é que há incompatibilidade entre a destinação de fundos públicos para as campanhas e

a competição de candidatos dentro do próprio partido.

No projeto da reforma política, o sistema eleitoral proporcional com lista fechada foi previsto na PEC 43/11, com o requisito de que os partidos teriam de respeitar a alternância de um candidato de cada sexo na ordem predefinida. Só que a CCJ aprovou o modelo de financiamento público exclusivo para as campanhas sugerido pelo PLS 268/11, mas rejeitou a PEC que tratava do sistema de lista fechada. No entanto, houve recurso para que tanto a PEC quanto o projeto passassem por votação em Plenário, onde aguardam inclusão na ordem do dia.

Projetos sugerem mudanças no horário eleitoral gratuito

Regras para o horário eleitoral gratuito em rádio e TV, que começou ontem, vêm sendo discutidas no Senado. Há projetos para alterar o cálculo do tempo utilizado pelos partidos e sobre a imposição de debates entre os candidatos.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) deseja mais debates. Pelo PLS 306/10, de sua autoria, que tramita na CCJ, um terço do tempo total de propaganda (10 minutos) será reservado exclusivamente para debates.

Projeto de José Sarney aprovado ano passado (PLS 267/11) estabelece regras para o acesso gratuito ao rádio e à televisão no caso de coligações para eleições majoritárias.

Outro projeto, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), proíbe a participação, nas eleições estaduais e municipais, de qualquer pessoa mediante pagamento

(atores ou apresentadores). O projeto de Mozarildo sobre obrigatoriedade de debates é ainda mais rigoroso: estabelece que só o próprio candidato poderia aparecer no horário gratuito.

A propaganda eleitoral sem custo para candidatos e coligações foi regulamentada em 1997. Emissoras particulares são compensadas com dedução do Imposto de Renda. O horário começa a ser veiculado 45 dias antes do primeiro turno. A programação seguirá até 4 de outubro, três dias antes do primeiro turno. Onde houver segundo turno, será retomada no dia 13 de outubro e se estenderá até o dia 26, dois dias antes da votação final.

Devem transmitir os programas todas as emissoras de TV abertas e os canais por assinatura de órgãos de governo. O mesmo vale para rádios FM e AM, inclusive as emissoras comunitárias.

Para o senador, mudanças aprovadas na medida provisória do novo Código Florestal provocarão o desmatamento e prejudicarão os cursos de água intermitentes

Rollemberg: Cerrado e rios correm riscos

RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF) criticou segunda-feira dois pontos aprovados pela comissão mista especial que analisa a medida provisória (MP 571/12) que visa corrigir as lacunas deixadas pelos vetos da presidente Dilma Rousseff ao novo Código Florestal, aprovado pelo Congresso Nacional no início do ano.

Para o parlamentar, o texto da comissão, encarregada de dar um parecer sobre a matéria, abre “a possibilidade de uma ampliação extremamente danosa das possibilidades de desmatamento, especialmente no Cerrado amazônico”

— O que diz ali claramente é o seguinte: qualquer propriedade de Cerrado na Amazônia que tiver mais de 15% da sua área em áreas de preservação

permanente poderá desmatar a mais na reserva legal — afirmou o senador, acrescentando que a alteração “foi incluída no finalzinho do primeiro semestre, em uma última reunião da comissão especial, sem que houvesse uma discussão sobre aquele tema”.

Rodrigo Rollemberg afirmou que a modificação será “extremamente danosa” na região do Xingu, que é uma área de transição entre o Cerrado e a floresta.

— A gente já percebe que, na medida em que se vai afastando do parque, há um processo de desmatamento bastante forte, bastante grande, muitas vezes sem respeitar as áreas de preservação permanente, o que está levando à degradação das nascentes do rio Xingu, rio estratégico, inclusive para



Alterações foram feitas sem que tivesse havido discussão, segundo Rollemberg

a geração de energia elétrica no país — afirmou.

A proteção das matas ciliares e áreas de preservação permanente foi pedida pelo cacique Aritana durante a cerimônia do Kuarup, em documento endereçado à presidente Dilma Rousseff e lido em Plenário pelo senador, que participou do ritual durante viagem ao Parque Nacional

do Xingu.

Rollemberg criticou outro item aprovado pela comissão mista, para ele, uma “insensatez absoluta, aprovada por uma margem pequena de votos”. A medida desobriga a existência de áreas de preservação permanente ao longo dos rios intermitentes, ou seja, que não são perenes, por não terem água durante todo o ano.

Para o senador, trata-se de “um contrassenso”, uma vez que “os rios intermitentes também alimentam rios perenes, são importantes para os rios permanentes e são muito importantes também para o abastecimento de águas, no período em que correm, para as populações humanas e para os animais”.

— Essa atitude é um tiro no coração da sustentabilidade da agricultura brasileira — assinalou o parlamentar, citando como exemplo o rio Jaguaribe, do semiárido, que seca nos períodos de severas estiagens. De acordo com Rodrigo Rollemberg, os rios intermitentes necessitariam de um cuidado redobrado, ao contrário do que sinaliza o texto aprovado pela comissão mista especial.

Pimentel comemora plano para a agricultura familiar

José Pimentel (PT-CE) sublinhou ontem, em Plenário, a importância do Plano Safra da Agricultura Familiar, lançado segunda-feira em cerimônia na cidade cearense de Morada Nova. Ele também elogiou o conjunto de medidas adotadas pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff em apoio aos pequenos agricultores. O parlamentar pediu atenção à agricultura familiar na discussão em torno do Código Florestal.

Na solenidade, de acordo com o senador, o Ministério do Desenvolvimento Agrário anunciou a liberação de R\$ 960 milhões destinados a investimento e custeio da agricultura familiar, com grande redução de juros, e foram entregues 26.116 títulos de propriedade — o senador lembrou a importância da iniciativa para o Nordeste, onde muitos proprietários não conseguem pagar os custos da regularização das terras.

— Além de facilitar o crédito e a assessoria técnica, ter a titulação da terra é decisivo para as questões previdenciárias. Desde 2010, para quem tem até quatro módulos [fiscais],



Programa Safra 2012–2013, lançado segunda-feira em Morada Nova, garantirá, segundo José Pimentel (foto à dir.), R\$ 960 mi para pequenos agricultores

os benefícios da Previdência Social dependem exclusivamente da apresentação da titulação da terra — afirmou.

Pimentel elogiou também o programa de assessoria técnica que tem permitido o aumento da produtividade e a recuperação do solo, evitando a erosão e a desertificação. Ele disse esperar que, na discussão da medida provisória

que supre as lacunas dos vetos presidenciais ao texto do Código Florestal, sejam levados em conta a agricultura familiar e o agronegócio, de modo a “conciliar a produção com a defesa do meio ambiente”.

— Através de um diálogo franco entre as instituições, respeitando o Estado democrático de direito, podemos construir um código de



Acessibilidade no Programa Minha Casa, Minha Vida

Os imóveis construídos pelo Programa Minha Casa, Minha Vida poderão seguir critérios de acessibilidade para se adequarem a necessidades específicas dos compradores. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) deverá votar, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 650/11) de Humberto Costa (PT-PE) garantindo essa possibilidade aos mutuários.

A medida já foi aprovada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e obriga os construtores a fazerem ajustes de acessibilidade nas unidades habitacionais quando solicitados por proprietário idoso ou com deficiência.

O Minha Casa, Minha Vida já estabelece a adaptação de 3% dos imóveis, percentual insuficiente na avaliação de Humberto Costa.

proteção ambiental que dê conta dessa demanda, mas também permita ao Brasil ser um grande produtor de grãos e um grande produtor de carne.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sociedade vai opinar sobre educação básica

Professores, juristas, pesquisadores, gestores públicos e artistas serão convidados a participar de ciclo de audiências na Comissão de Educação, Cultura e Esporte

A RESPONSABILIDADE PELA educação básica no país será tema de ciclo de audiências públicas promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Professores, juristas, pesquisadores, gestores públicos e artistas — como a cantora Daniela Mercury, a atriz Fernanda Montenegro e a apresentadora Xuxa — serão convidados a opinar sobre a possibilidade de essa responsabilidade se tornar exclusivamente do governo federal. Hoje, a maior parte dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio são municipais ou estaduais.

O ciclo de debates foi requerido por Cristovam Buarque (PDT-DF), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Os defensores da federalização da educação básica argumentam que, como existem ainda fortes desigualdades regionais, os estudantes de estados menos desenvolvidos poderão ter sistemas de ensino menos qualificados do que os de estados mais ricos. Por isso, na opinião deles, o governo federal deveria promover uma equalização dos recursos destinados à educação básica em todo o país, mantendo-se a gestão aos cuidados de estados e municípios.

A proposta é garantir maior peso da União na gestão da educação básica, neste momento em que os resultados obtidos por alunos dos ensinos fundamental e médio registram progressos apenas modestos, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Audiências

Das sete audiências previstas, apenas uma já foi realizada, em 9 de agosto, com a presença, entre outros especialistas, do secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação, Binho Marques.

A próxima audiência deverá ocorrer em 30 de agosto. Entre os convidados, estarão a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Maria Nilene Badeca da Costa, e o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara.

A terceira audiência está prevista para 12 de setembro. Gestores estaduais e municipais estarão entre os convidados.

Os quatro outros encontros devem ocorrer após as eleições de outubro. Em cada um deles, serão colhidas opiniões de integrantes do governo e de representantes da sociedade. Mas o debate promete ser mais amplo, com a participação de juristas, como Ives Gandra Martins e José Afonso da Silva, que deverão comentar a compatibilidade do projeto de federalização da educação básica com os atuais preceitos constitucionais.

Serão chamados a opinar especialistas em educação, como Cláudio de Moura Castro e Gustavo Ioschpe, e o escritor, economista e filósofo Eduardo Giannetti da Fonseca. A última audiência será dedicada a ouvir a presidente do Instituto Ayrton Senna, Viviane Senna, e artistas que têm demonstrado preocupação com o tema.



Sala de aula da Escola Estadual Antonio Xavier da Silveira, no Paraná: comissão vai debater proposta de federalização dos ensinos fundamental e médio

Cristovam quer mudanças no modelo de desenvolvimento

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil desde a década de 1930 tem mostrado sinais de exaustão, na opinião de Cristovam Buarque (PDT-DF). O pior desses sinais, segundo o senador, é a falta de conhecimento, de produção em ciência e tecnologia.

— Não há futuro fabricando apenas; é preciso criar no Brasil. Não há outra saída para o país que não seja tomar o caminho do criador de conhecimento, das patentes, das invenções. Mas, para isso, falta a base, que é a educação — afirmou.

De acordo com Cristovam, é mais vantajoso criar no Brasil e produzir fora do que o contrário, já que as patentes levam um parte considerável da renda gerada pelo que é produzido.

Sobre a deficiência na educação, o senador citou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), elaborado pelo Ministério da Educação, que deu nota média de 3,7 para os 14 milhões de alunos que frequentam escola pública no Brasil, enquanto a nota média de 1,5 milhão de alunos da escola particular é 6. Ele chamou a atenção para a “vergonhosa desigualdade” entre a escola pública e a escola privada. Para ele, “o berço da desigualdade está na desigualdade da escola”.

— O futuro tem a cara da escola do presente. Escola bonita, professor contente, alunos estudando, futuro bonito e próspero. Escolas degradadas, professores

descontentes, alunos sem aprender, futuro feio, sem prosperidade — disse.

Segundo Cristovam, “é triste ver que o governo brasileiro, que desperta para a necessidade de mais investimento em infraestrutura e de incentivos fiscais para dinamizar a venda de bens de consumo, não parece estar despertando para a exigência de investimentos na infraestrutura intelectual, de incentivos ao conhecimento, à educação, à ciência e tecnologia”.



Cristovam: “País só terá futuro se tornando criador de conhecimento”

Jorge Viana pede esforço conjunto pelo ensino no país

Para que haja uma mudança significativa na educação do Brasil, segundo Jorge Viana (PT-AC), é preciso um esforço de todos os entes da Federação: União, estados e municípios.

— Hoje, no Brasil, a educação das crianças é competência das prefeituras. Os estados ficam encarregados dos jovens e o governo federal, dos adultos — afirmou.

O senador disse discordar dessa divisão de tarefas, que, para ele, limita a melhoria da educação do país a “pequenos reparos”. Viana afirmou que a educação deve ser transformada na base, mas ressaltou que muitos municípios não possuem condições de arcar com a responsabilidade sem ajuda, sem um “esforço de todos”.

Ele também registrou o crescimento da posição do Acre em relação aos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2011. Viana afirmou que, há 14 anos, o estado era o último colocado nas avaliações que medem desempenho educacional, quando metade dos municípios não oferecia nem o segundo grau.

— Boa parte dos professores eram leigos, sem nenhuma formação para ensinar. Situação mais precária do que era, impossível — disse.

Para transformar o quadro, o senador afirmou que foram feitas várias mudanças, entre elas a capacitação de professores do estado, a melhoria dos salários desses

profissionais, a implantação do ensino médio em pequenos municípios e vilarejos e a melhoria da infraestrutura das escolas.

Em aparte, Cristovam Buarque elogiou “o esforço e a dedicação dos políticos do Acre”, mas ressaltou que é preciso ter como parâmetro países desenvolvidos, como a Finlândia e a Coreia, e não somente comparar os estados do Brasil. Ele afirmou que o Acre teve uma vitória, “mas ainda não é uma vitória de todo o país”.



Melhorias na educação do país estão hoje limitadas a “pequenos reparos”, diz Viana

Tomás destaca projetos Estradão e Asfalto Bom

Tomás Correia (PMDB-RO) elogiou ações que estão sendo desenvolvidas pelo governo de Rondônia na manutenção e na ampliação da estrutura viária, entre elas, os projetos Estradão e Asfalto Bom. Ele ressaltou que as estradas permitem a circulação da população e o escoamento da produção.

O senador explicou que o Projeto Estradão, desenvolvido pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER), prevê a recuperação de estradas estaduais com encascalhamento de 100% das estradas de terra, substituição das pontes de madeira por construções de concreto, abertura lateral das estradas, sinalização geral e iluminação dos trevos estaduais.

Tomás informou que, em 2011, o projeto recuperou mais de 7 mil quilômetros de vias não pavimentadas e destacou a preocupação do DER em aumentar a estrutura em outros pontos estratégicos para consertar a malha viária de Rondônia.

— Só este ano o DER já adquiriu 240 equipamentos pesados. Destes, nove usinas de asfalto, mais de 40 caçambas, peças para carregadeiras, patrol e tratores — relatou.

Tomás Correia disse que, para este ano, estão previstas a construção de pontes de concreto em cinco rios, instalação de bueiros, restauração de pavimentações antigas e construção de novas.

O parlamentar destacou também o Projeto Asfalto Bom, que prevê a pavimentação de 500 quilômetros em 43 municípios do estado.

— Para facilitar as obras e diminuir seu custo, foram instaladas novas usinas de asfalto quente em Porto Velho, Ouro Preto do Oeste e Nova Brasilândia.

O senador frisou que a preocupação não é somente com o asfalto, mas com as populações ribeirinhas. Ele citou o Programa Canal da Cidadania, que visa à revitalização e à desmarginalização de áreas de córregos e igarapés ocupadas por famílias de baixa renda.

— Rondônia tem trabalho de forma organizada, planejada e consequente — disse.



Tomás Correia destaca também o Programa Canal da Cidadania

Comissão solicitará informações a todos os estados e ao DF sobre a previsão orçamentária destinada à proteção de mulheres agredidas. Ana Rita espera concluir o relatório final até o início de dezembro



Ana Rita (E), Jô Moraes e Keiko Ota durante sessão da CPI mista em que foram aprovados 49 requerimentos

Lio de Paula/Agência Senado

Passagem da CPI da Mulher por estados já surtiu efeitos

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) Mista da Violência contra a Mulher aprovou ontem 49 requerimentos, entre eles os que solicitam informações a todos os estados e ao Distrito Federal sobre a previsão orçamentária destinada à proteção de mulheres agredidas.

Durante a reunião, a relatora da CPI, senadora Ana Rita (PT-ES), observou que a simples passagem da comissão por alguns estados já começa a surtir efeitos.

Ela citou o Paraná, que recentemente criou cinco novas varas judiciais, “o que mostra que a comissão tem tido efeito positivo e tem sensibilizado as autoridades públicas por onde tem passado”.

— Mas muita coisa precisa ser feita. A relatoria vai apresentar as principais dificuldades e propor medidas para saná-las em todos os estados — afirmou.

Ana Rita acrescentou que, diante dos dados que a comissão já possui, colhidos nas audiências públicas estaduais e nos debates no Senado, há

condições para a apresentação de um “bom relatório” ainda em 2012. A expectativa é de que o relatório final da comissão esteja concluído no início de dezembro, embora talvez não seja possível atender a demanda de todos os estados para a realização de audiências públicas.

— O balanço é bastante positivo. Tivemos a presença de representantes de órgãos públicos na grande maioria das audiências e a presença forte da sociedade civil organizada. O resultado é proveitoso, o quadro se repete na maioria dos estados — disse a senadora.

Diligências

Entre os requerimentos aprovados ontem, estão os para a realização de audiências públicas na Paraíba, Amazonas, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, e diligências em municípios de Roraima e de Goiás, especialmente no Entorno de Brasília.

A CPI deve também realizar uma diligência em obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

que mantenha uma grande concentração de homens, a ser definida pelo colegiado, como forma de apurar denúncias sobre exploração sexual de mulheres nesses locais.

Em novembro, a comissão pretende ouvir em audiência pública o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e um representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em julho, a CPI mista teve os trabalhos prorrogados por 180 dias. Além de dar continuidade ao plano de trabalho, a comissão está recebendo e sistematizando informações que chegam de todas as unidades da Federação.

Desde fevereiro de 2012, quando foi instalada, a comissão já visitou os estados de Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Alagoas, Paraná, São Paulo e Bahia.

Composta por 11 senadores, 11 deputados e igual número de suplentes, a CPI é presidida pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) e tem como vice-presidente a deputada Keiko Ota (PSB-SP).



Eduardo Amorim ressalta que albinos são mais vulneráveis ao câncer de pele

Marcos Oliveira/Agência Senado

Albinos poderão ter direito a protetor solar pelo SUS

Projeto de lei (PLS 250/12) de Eduardo Amorim (PSC-SE) determina a distribuição periódica obrigatória, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de protetor e bloqueador solar aos portadores de albinismo. A distribuição será feita de acordo com a necessidade do requerente, especificada por um médico.

Segundo o projeto, as despesas deverão ser financiadas com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O recebimento dos protetores e bloqueadores solares dependerá do prévio cadastramento especial dos albinos no SUS.

— O número de cânceres de pele tende a ser maior nesse segmento da população, acarretando um gasto muito grande ao SUS. A distribuição de protetor solar vai garantir uma diminuição dessa despesa, bem como a garantia de qualidade de vida aos portadores de albinismo — afirma o autor do projeto.

O albinismo é a ausência parcial ou total do pigmento na pele, nos cabelos e nos olhos.

Sua forma mais perigosa é a que determina a total ausência de pigmentação por todo o corpo: o albinismo oculocutâneo.

A patologia provoca grande suscetibilidade ao câncer de

pele e risco de cegueira pela intolerância à luz solar.

— Por ser considerada uma pessoa portadora de necessidades especiais, o albino precisa de apoio para que seja assegurado o exercício dos seus direitos básicos — argumenta Eduardo Amorim.

O projeto aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

Ana Amélia critica veto ao ganho real para aposentados

Uma das reivindicações mais comuns entre a população do Rio Grande do Sul é a de melhorias para a situação dos aposentados e pensionistas. A conclusão é de Ana Amélia (PP-RS), que está percorrendo vários municípios gaúchos nas últimas semanas em virtude das eleições municipais.

A senadora considerou lamentável o veto da presidente Dilma Rousseff ao dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que garantia recursos do Orçamento para assegurar ganho real no reajuste das aposentadorias do Regime Geral da Previdência Social em 2012.

— Há pouco mais de um mês, aprovamos aqui a LDO, incluindo a valorização das aposentadorias e pensões que estão acima do salário mínimo. Votamos pela equidade, pela justiça econômica, pela justiça social, em relação aos trabalhadores da ativa — disse a parlamentar, informando que o dispositivo foi fruto de emenda do colega Paulo Paim (PT-RS).

Para Ana Amélia, a atual política de reajuste de aposentadorias e pensões é “absolutamente injusta”, principalmente pela defasagem em relação ao aumento do salário mínimo.

— Não posso concordar com essa decisão contrária ao pensamento e à decisão do Senado, pois sei que milhares de aposentados que começaram a receber o equivalente a cinco ou a seis salários mínimos estarão, após três ou quatro anos, recebendo apenas um salário — afirmou.

A senadora aproveitou para pedir apoio dos demais parlamentares ao projeto de lei de sua autoria (PLS 76/11) que isenta do Imposto de Renda Pessoa Física os rendimentos dos aposentados a partir do mês em que completarem 60 anos.

— O objetivo dessa proposta é valorizar os benefícios dos aposentados que ganham um salário mínimo e também daqueles que ganham mais, podendo beneficiar oito milhões de aposentados. Isso poderá corrigir a renda e as distorções para essa categoria — explicou.



Segundo Ana Amélia, povo gaúcho quer melhorias para aposentados

Valdemir Barreto/Agência Senado